



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007819-17.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**
Requerente: **GILDO DOS SANTOS OLIVEIRA**
Requerido: **BANCO BRADESCO SA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que o réu lhe cobrou por pacote de serviços e tarifas em face de conta corrente que mantém junto a ele, mas a qual encontra-se inativa a mais de um ano, pois não a movimentou.

Alegou ainda que depois de abril/15 veio a saber que o réu promoveu descontos na citada conta corrente a título de “persona assessoria empresarial”, refutando que tivesse celebrado qualquer contrato que desse amparo a isso.

As preliminares arguidas pelo réu não prosperam.

O relato exordial não se ressentiu de vício formal a maculá-lo, especialmente em face dos princípios informadores do Juizado Especial Cível.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Já o processo encerra alternativa útil para a busca da finalidade perseguida pelo autor, presente aí o interesse de agir.

Rejeito-as, pois.

No mérito, reputo válidas as cobranças referente a pacote de serviços e demais taxas de manutenção da conta, porquanto a referida conta corrente não foi encerrada pelo autor, e ele mesmo afirma que simplesmente a não movimentava, fato que não afasta a sua responsabilidade de arcar com tais despesas.

Por outro lado, em relação aos débitos atinentes a **“Persona Assessoria Empresarial”** esses foram contestados pelo autor, pois ele desconhece qualquer contrato a esse respeito.

O réu por sua vez não refutou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor.

Este simplesmente limitou-se em argumentar a validade do contrato de conta corrente firmado entre as partes, de sorte que seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que a celebração desse negócio sucedeu validamente, especificamente a cobrança da taxa “persona Assessoria Empresarial”.

Tocava ao réu a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que a autora fizesse prova de fato negativo), mas ele não se desincumbiu desse ônus.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação ao réu, relativamente aos fatos debatidos, aquela norma tem incidência na espécie.

Aliás, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou nesse sentido ao apreciar hipótese semelhante à dos autos:

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SAQUES SUCESSIVOS EM CONTA CORRENTE. NEGATIVA DE AUTORIA DO CORRENTISTA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. É plenamente viável a inversão do ônus da prova (art. 333, II do CPC) na ocorrência de saques


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

indevidos de contascorrentes, competindo ao banco (réu da ação de indenização) o ônus de provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Incumbe ao banco demonstrar, por meios idôneos, a inexistência ou impossibilidade de fraude, tendo em vista a notoriedade do reconhecimento da possibilidade de violação do sistema eletrônico de saque por meio de cartão bancário e/ou senha. Se foi o cliente que retirou o dinheiro, compete ao banco estar munido de instrumentos tecnológicos seguros para provar de forma inegável tal ocorrência. Recurso especial parcialmente conhecido, mas não provido." (STJ - REsp 727.843/SP, 3ª Turma, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, j. em 15.12.2005).

Nesse sentido, limitou-se a salientar que todos os débitos cobrados obedeceram o pactuado livremente entre as partes, mas não declinou um só dado a esse respeito.

Nem mesmo a forma da contratação foi esclarecida, além de não se coligir o instrumento do ajuste e nem mesmo as "telas" que via de regra são apresentadas em situações semelhantes.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência do réu na espécie, impondo-se por isso o acolhimento da pretensão deduzida à míngua de respaldo para sustentar o contrato noticiado e os descontos levados a cabo a esse título.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar inexigíveis os débitos lançados na conta corrente do autor (nº 0143638-4 ag. 0217), com a denominação **“Persona Assessoria Empresarial”** no valor de R\$49,00 cada um, cobrados desde abril de 2015, até efetivo encerramento da cobrança.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**